

GABARITO

1 C	2 B	3 A	4 D	5 C
6 C	7 A	8 E	9 B	10 D
11 E	12 B	13 E	14 C	15 C
16 A	17 D	18 A	19 D	20 A

QUESTÕES

1. O art. 7º da CF/88 elenca uma série de direitos relacionados às relações de trabalho, se caracterizando como Direitos Sociais. Acerca das disposições constitucionais referente à norma citada, marque a alternativa CORRETA:

- A) Os direitos elencados no art. 7º se aplicam apenas aos trabalhadores urbanos, sendo os direitos dos trabalhadores rurais estabelecidos em legislação infraconstitucional;
- B) O seguro-desemprego será devido ainda que o desemprego seja voluntário;
- C) Para aqueles que recebem remuneração variável, será garantido salário não inferior ao salário-mínimo;
- D) Será devido décimo terceiro salário com base na remuneração integral, não sendo devido tal direito em relação à aposentadoria;
- E) As remunerações do trabalho noturno e diurno serão sempre equivalentes.

2. Ainda sobre os direitos sociais dispostos no art. 7º da CF/88, marque a alternativa correta:

- A) A retenção dolosa do salário constitui apenas infração administrativa, não caracterizando crime;
- B) A CF garante como direito social a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme regulamentação em lei;
- C) A duração do trabalho normal não poderá ser superior a dez horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultando-se a compensação de horários e a redução da jornada, somente mediante convenção coletiva;
- D) O repouso semanal remunerado será excepcionalmente aos domingos;
- E) A remuneração do serviço extraordinário será superior, no mínimo, em setenta por cento à do normal.

3. Acerca da regulação da jornada de trabalho pela Consolidação das Leis do Trabalho, marque a alternativa CORRETA:

- A) As variações de horário no registro de ponto que não forem excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária;
- B) A CLT não admite a compensação de jornada extraordinária, ainda que pela diminuição na jornada do dia seguinte, determinando sempre o acréscimo no salário em percentual de pelo menos cinquenta por cento superior à remuneração da hora normal;
- C) O banco de horas deverá ser pactuado por meio de Convenção coletiva, observando-se o período máximo de seis meses para compensação;
- D) A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas;
- E) A CLT não admite, ainda que em casos de necessidade imperiosa, que seja excedido o horário de trabalho.

4. Acerca da relação de trabalho e relação de emprego, marque a alternativa CORRETA:

- A) A CLT regula somente as relações individuais de trabalho, deixando à legislação específica a regulação das relações coletivas;
- B) A CLT estabelece distinções relativas à espécie de emprego, condição de trabalhador, bem como ao trabalho intelectual, técnico e manual;
- C) Define-se como empregado a pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário;
- D) Os períodos em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, serão considerados como de serviço efetivo, exceto se houver disposição especial expressamente consignada;
- E) A CLT admite a distinção salarial tendo como parâmetro o sexo do(a) empregado(a).

5. Acerca da definição de grupo econômico para fins de caracterização da figura de empregador, marque a alternativa CORRETA:

- A) O grupo econômico é caracterizado por apenas uma empresa, sendo a expressão "grupo" apenas figurativa, não se admitindo mais de uma empresa;

B) Para que fique caracterizada a figura do grupo econômico, é essencial a identidade de sócios entre as empresas envolvidas;

C) São requisitos definidos pela CLT para a caracterização da figura do grupo econômico, a demonstração do interesse integrado, efetiva comunhão de interesses e a atuação conjuntas das empresas que o integram;

D) O fato de duas ou mais empresas possuírem personalidade jurídica própria, ainda que sob direção, controle ou administração de outra, descaracteriza a figura do grupo econômico;

E) Caracterizado o grupo econômico, as empresas que o integram serão responsabilizadas de forma subsidiária pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

6. A CLT define períodos que, mesmo excedendo a jornada normal de trabalho e o período de cinco minutos previsto em seu art. 58, §1º, não são considerados extraordinários para fins remuneratórios ou de compensação de jornada. Marque a alternativa que NÃO CORRESPONDE a um desses períodos:

A) Empregado que, por escolha própria, adentra ou permanece nas dependências da empresa para exercer práticas religiosas;

B) Empregado que, por escolha própria, adentra ou permanece nas dependências da empresa para estudar;

C) Empregado que, por escolha própria, adentra ou permanece nas dependências da empresa para troca de roupa ou uniforme, ainda que haja obrigatoriedade de a realizar na empresa;

D) Empregado que, por escolha própria, adentra ou permanece nas dependências da empresa para exercer atividades de relacionamento social sugeridas pela empresa;

E) Empregado que, por escolha própria, adentra ou permanece nas dependências da empresa para buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas.

7. Acerca da regulamentação das férias pela CLT, marque a alternativa CORRETA:

A) Em regra, as férias serão concedidas em um só período, mas poderão ser usufruídas em até três períodos, mediante concordância do empregado, não podendo um

dos períodos ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não inferiores a cinco dias corridos, cada um;

B) Em regra, as férias serão concedidas em um só período, mas poderão ser usufruídas em até dois períodos, mediante concordância do empregado, não podendo um dos períodos ser inferior a quatorze dias corridos;

C) Em regra, as férias serão concedidas em um só período, mas poderão ser usufruídas em até três períodos, mediante concordância do empregado, não podendo um dos períodos ser inferior a vinte dias corridos e os demais não inferiores a cinco dias corridos, cada um;

D) Em regra, as férias serão concedidas em um só período, mas poderão ser usufruídas em até três períodos, independentemente da concordância do empregado, podendo o empregador definir livremente como se dará o fracionamento;

E) Em regra, as férias serão concedidas em um só período, mas poderão ser usufruídas em até quatro períodos, mediante concordância do empregado, não podendo um dos períodos ser inferior a quinze dias corridos e os demais não inferiores a cinco dias corridos, cada um.

8. Acerca da regulamentação das férias pela CLT, marque a alternativa CORRETA:

A) A época da concessão das férias será a que melhor atenda os interesses do empregado;

B) O empregado estudante, ainda que maior de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares;

C) O início das férias poderá ocorrer mesmo no período de dois dias antecedentes a feriado ou dia de repouso semanal remunerado;

D) O empregador não é obrigado à concessão de férias, no mesmo período, para empregados membros da mesma família, ainda que não resulte prejuízo para o serviço e seja solicitado pelos respectivos empregados;

E) Caso o empregador não conceda as férias no período de doze meses subsequentes à aquisição do direito, pagará em dobro a respectiva remuneração.

9. Acerca da alteração do contrato de trabalho, marque a alternativa CORRETA:

A) Em razão da assunção do risco pelo empregador, de acordo com as suas necessidades, poderá ele realizar

livremente alterações no contrato de trabalho, ainda que de forma unilateral;

B) A reversão do empregado para o cargo efetivo, deixando o exercício de função de confiança, por determinação do empregador, não é considerada alteração unilateral do contrato;

C) A reversão do empregado para o cargo efetivo, deixando o exercício de função de confiança, por determinação do empregador, confere direito àquele de incorporar a respectiva gratificação;

D) As despesas resultantes da transferência do empregado, correrão por sua conta, ainda que decorrentes da extinção do estabelecimento em que trabalha;

E) Em regra, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, sem necessidade da anuência do obreiro, ainda que não exerçam cargo de confiança.

10. A CLT, ao regular a suspensão e interrupção do contrato de trabalho, estabelece hipóteses em que, mesmo afastado do labor, o empregado não terá prejuízo em seu salário. Assinale dentre as alternativas a seguir aquela que NÃO CORRESPONDE a uma dessas hipóteses:

A) Por um dia, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

B) Por até dois dias consecutivos ou não, para fins de alistamento eleitoral;

C) Nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior;

D) Por até cinco dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;

E) Por cinco dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada.

11. A Convenção nº 87 da OIT regula a liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização, estabelecendo diversos direitos atribuídos a empregadores e empregados e deveres ao Estado. De acordo com o referido diploma internacional, sobre a liberdade sindical, marque a alternativa CORRETA:

A) A Convenção nº 87 da OIT estabelece que a liberdade sindical será aplicada de forma ampla às forças armadas e à polícia, não podendo a legislação nacional estabelecer limites a essa aplicação;

B) A Convenção nº 87 da OIT admite que as organizações de trabalhadores e empregadores poderão constituir federações, estabelecendo que a criação de confederações se dará apenas por permissão do Estado signatário, por autorização constitucional;

C) É possível a dissolução ou suspensão do funcionamento das organizações de trabalhadores e de empregadores tanto pela via administrativa, como judicial;

D) O Estado, em regra, poderá intervir no funcionamento das organizações de trabalhadores e de empregadores, para garantir o respeito à aplicação da referida Convenção;

E) As organizações de trabalhadores e de empregadores têm o direito de redigir seus estatutos e regulamentos administrativos, o de eleger livremente seus representantes, o de organizar sua administração e suas atividades e o de formular seu programa de ação.

12. Acerca do que regula a CLT acerca da remuneração, marque a alternativa INCORRETA:

A) Para fins de definição da remuneração do empregado, assim são consideradas, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber;

B) A gorjeta compreende a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, o que não inclui o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, ainda que destinado à distribuição aos empregados;

C) É possível o pagamento de prêmios pelo empregador ao empregado, sendo assim considerados as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades;

D) Não se considera salário o valor fornecido pelo empregador ao empregado, para fins de transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;

E) A previdência privada paga pelo empregador em favor do empregado não integra o conceito de salário.

13. A Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) elenca como um dos direitos fundamentais da Criança e do Adolescente o a profissionalização e a proteção no trabalho. Considerando o que determina o referido diploma legal, marque a alternativa INCORRETA:

- A) Um dos princípios que integram o direito à formação técnico-profissional é a garantia de horários especial para o exercício das atividades;
- B) É vedado ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental o trabalho realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola;
- C) A profissionalização do adolescente e a sua proteção no trabalho deverá observar o respeito a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- D) Ao adolescente de até quatorze anos de idade é garantida a bolsa de aprendizagem;
- E) Ao adolescente, ainda que maior de quatorze anos, será conferida contraprestação pelo seu trabalho, mas dada a sua condição de pessoa em desenvolvimento, não serão garantidos os respectivos direitos trabalhistas e previdenciários, somente devidos na fase adulta, com vistas a não desvirtuar a plena evolução do adolescente.

14. Acerca da proteção do trabalho da mulher, marque a alternativa CORRETA:

- A) A CLT não estabelece uma proteção especial ao trabalho da mulher, uma vez que não deve haver distinção em relação às condições do trabalho por razões de sexo do(a) empregado(a);
- B) Em regra, não há vedação à publicação de anúncio de emprego, ainda que não exigido pela natureza da atividade a ser exercida, com referência a sexo, idade, cor ou situação familiar;
- C) O empregador não poderá exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de gravidez, como condição de admissão da empregada;
- D) Configura ofensa à igualdade o estabelecimento no ambiente laboral de medidas temporárias visando reduzir a desigualdade entre homens e mulheres, como forma de corrigir distorções relacionadas à formação profissional, acesso ao emprego e condições gerais de trabalho da mulher;
- E) Diante do estado gravídico atribuível somente à mulher, aos homens não é garantido o afastamento do

trabalho com a percepção da respectiva remuneração, a título de prestação previdenciária, como o salário paternidade.

15. Acerca da organização e competência da Justiça do Trabalho, nos termos definido pela CF/88, marque a alternativa INCORRETA:

- A) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- B) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
- C) A justiça do trabalho possui competência para, além do julgamento, executar o pagamento das verbas decorrentes das suas condenações, com exceção das contribuições previdenciárias delas decorrentes, as quais deverão ser objeto de ação de execução fiscal no juízo competente, diverso do trabalhista;
- D) O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal;
- E) Os órgãos da Justiça do Trabalho são: Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho.

16. O *jus postulandi* é um direito previsto expressamente em favor das partes, significando a possibilidade da parte em se fazer representada ou não por advogado em juízo. Acerca do tema e considerando a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar:

- A) Ainda que a procuração firmada com advogado não possua poderes expressos para substabelecer, caso o causídico substabeleça, serão válidos os atos praticados pelo substabelecido;
- B) Os entes federativos, para a sua regular representação por advogado, devem realizar a juntada do respectivo instrumento de mandato, além do ato de nomeação dos procuradores representantes em juízo;
- C) Para fins de representação por advogado, na interposição de recursos é inadmissível mandato tácito;

D) O instrumento de mandato com prazo determinado que contém previsão de poderes para atuação do advogado até o final do processo é inválido;

E) A cláusula de irrevogabilidade da procuração outorgada ao advogado pelo cliente, por si só, impede o substabelecimento.

17. A jurisprudência do TST é firme no sentido de fixar limites processuais ao exercício do *jus postulandi*. Marque a seguir a alternativa que NÃO CORRESPONDE a um ato processual que pode ser praticado sem a representação por advogado:

A) Ajuizamento de reclamação trabalhista;

B) Participação em audiência de conciliação, instrução e julgamento;

C) Interposição de recurso ordinário contra sentença trabalhista junto a Tribunal Regional do Trabalho;

D) Impetração de mandado de segurança;

E) Apresentação de embargos de declaração contra sentença trabalhista.

18. Acerca da audiência trabalhista, marque a alternativa CORRETA:

A) Em se tratando de processo trabalhista que tramite pelo procedimento ordinário, o comparecimento das testemunhas se dará independentemente de notificação ou intimação do juízo;

B) A reinquirição das testemunhas poderá ser feita diretamente pelos advogados das partes;

C) As partes poderão indicar, no máximo, duas testemunhas no rito ordinário;

D) No caso de testemunha que não fale a língua nacional, com a necessidade de intérprete, este será indicado pela parte reclamada;

E) Em nenhuma hipótese as audiências poderão ocorrer após as 18:00 horas.

19. Acerca do Processo de Execução trabalhista, marque a alternativa CORRETA:

A) Não incidem custas no processo de execução trabalhista;

B) As hipóteses recursais no processo de execução trabalhista são limitadas, se restringindo ao uso dos embargos de declaração;

C) Caso seja realizada transação judicial junto à comissão de conciliação prévia, o respectivo termo terá a natureza de título executivo judicial;

D) O processo do trabalho admite a execução provisória da sentença, se limitando aos atos de execução até a penhora;

E) A execução trabalhista poderá ser somente de título judicial;

20. Acerca das fontes do Direito Processual do Trabalho e da aplicabilidade do Código de Processo Civil - CPC ao processo do trabalho, marque a alternativa CORRETA:

A) O CPC é fonte subsidiária em relação ao processo do trabalho, sendo aplicado nos casos em que haja omissão da legislação específica, e desde que haja compatibilidade com o direito processual do trabalho;

B) O CPC é fonte concorrente, aplicado ao processo do trabalho ao mesmo tempo em que as normas de direito processual do trabalho são aplicadas;

C) A execução trabalhista não comporta a aplicação das normas pertinentes à execução fiscal ou cobrança judicial da dívida ativa da União;

D) Não há previsão expressa na CLT acerca da aplicação da legislação processual comum, sendo esta conclusão decorrente da interpretação judicial;

E) Havendo incompatibilidade entre as normas processuais trabalhistas e as normas de processo comum, as últimas prevalecerão em relação ao primeira, por serem hierarquicamente superiores.